

**MEMÓRIA E ACESSO LIVRE  
AOS PERIÓDICOS  
CIENTÍFICOS: a Revista  
Observatório e as  
possibilidades de  
preservação da informação**

**MEMORY AND OPEN ACCESS TO  
SCIENTIFIC JOURNALS:**

Observatory Journal and the  
possibilities of preservation of  
information

**MEMORIA Y ACCESO LIBRE A  
REVISTAS CIENTÍFICAS:**

Observatorio Magazine y las  
posibilidades de preservación de  
la información

**Francisco Gilson Rebouças Porto Junior<sup>1</sup>  
Edson de Sousa Oliveira<sup>2, 3</sup>**

**RESUMO**

Este trabalho busca discutir a aplicabilidade de novos modelos à editoração eletrônica científica para a área de Comunicação, por meio da Revista Observatório, hospedada no Portal de Periódicos da Universidade Federal do Tocantins. Coloca em questão a viabilidade do uso do sistema de editoração eletrônica de periódicos, desenvolvido no modelo da iniciativa dos arquivos abertos (OAI), e as condições necessárias ao êxito institucionais desta iniciativa, assim como a preservação de longo prazo de sua memória em repositórios institucionais internacionais confiáveis e de acesso livre.

**PALAVRAS-CHAVE:** Publicação eletrônica científica; Política editorial; Acesso à informação científica; Preservação digital.

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Jornalismo e Sociedade (FAC-UnB). Doutor em Comunicação (UFBA) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: [gilsonporto@uft.edu.br](mailto:gilsonporto@uft.edu.br).

<sup>2</sup> Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Tocantins e graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará, Bibliotecário da Biblioteca da UFT e Coordenador da Implantação do Repositório Institucional da UFT. E-mail: [ed\\_oliveira@uft.edu.br](mailto:ed_oliveira@uft.edu.br).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestrado em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Avenida NS 15, 109 Norte - Plano Diretor Norte - Palmas -TO, 77001-090 Brasil.

## ABSTRACT

This paper discusses the applicability of new models to the scientific electronic publishing to the area of communication, through the Observatory Journal, hosted the Journals Portal of the Federal University of Tocantins. Calls into question the viability of the use of desktop publishing system journals, developed the model of the initiative of open files (OAI), and the conditions necessary for institutional success of this initiative, as well as the long-term preservation of his memory in institutional repositories International reliable and free access.

**KEYWORDS:** Scientific electronic publishing; Editorial policy; Access to scientific information; Digital preservation.

## RESUMEN

En este trabajo se analiza la aplicabilidad de nuevos modelos para la publicación científica electrónica para el área de la comunicación, a través del Observatorio Magazine, fue sede del Portal de Revistas de la Universidad Federal de Tocantins. Pone en duda la viabilidad del uso de las revistas del sistema de autoedición, desarrollado el modelo de la iniciativa de archivos abiertos (OAI), y las condiciones necesarias para el éxito institucional de esta iniciativa, así como la conservación a largo plazo de su memoria en repositorios institucionales El acceso internacional fiable y libre.

**PALABRAS CLAVE:** Publicación científica electrónica; Política editorial; El acceso a la información científica; La preservación digital.

Recebido em: 21.02.2016. Aceito em: 29.03.2016. Publicado em: 30.05.2016.

## Introdução

Existe consenso em torno da afirmação de que se tornou *lugar-comum* dizer que o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) altera significativamente o regime de produção e veiculação de bens simbólicos, assim como os processos de armazenamento organização, busca, preservação, acesso e gerenciamento de documentos (SANTOS, 2016; FERNANDES, 2013; NUNES, 2010). Em razão das funcionalidades proporcionadas pelo computador e, mais recentemente por meio da *World Wide Web*, os vários procedimentos de transmissão e recepção de dados e informação tornaram-se mais ágeis, simples e universais a todos.

Nos mais variados setores da economia e campos científicos, as alterações provocadas por essa revolução tecnológica têm sido objeto de amplos estudos, revisões de procedimentos e teorias. No campo da ciência da informação e da comunicação, isso tem demandado contínuo movimento de revisão de paradigmas, já que os conceitos de comunicação entram em crise, exigindo novos modelos de análise dos fenômenos midiáticos. No entanto, qualquer que seja o ângulo pelo qual examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica, independente da utilização de canais formais e informais (MEADOWS, 1999).

Atualmente tornou-se comum também o discurso de que a internet tem o poder de democratizar a comunicação, já que coloca todos os indivíduos na mesma situação simultânea de emissores-receptores, além de ser o veículo ideal para a disponibilização imediata, rápida e gratuita de diversificados tipos de documento e suporte.

Todavia, esse novo suporte trás consigo as principais características da formação socioeconômica e cultural em que foi criado, predominando ainda na rede uma economia de trocas baseada nas regras do mercado, em que para tudo existe um custo a ser pago. No campo científico, não é diferente; pelo contrário, a indústria

estabelecida a partir da sociedade da informação, impacta diretamente na forma e no modelo estabelecido para o processo da comunicação científica.

Os periódicos científicos, desde os seus primórdios, foram distribuídos em forma impressa. Porém, nas últimas décadas o mercado de publicação científica começou a se deslocar na direção da publicação eletrônica num ritmo muito rápido, gerando um período de transições profundas, fértil em possibilidades, mas também em questionamentos, tensões e problemas inéditos para o mundo acadêmico. Neste sentido, têm surgido algumas iniciativas cujo objetivo é justamente democratizar esse acesso de forma ampla e aberto. Este trabalho busca discutir a aplicabilidade de um desses novos modelos à editoração eletrônica científica para a área de Ciências da Comunicação, por meio da Revista Observatório, hospedada no Portal de Periódicos da Universidade Federal do Tocantins. Pretende, assim, colocar em questão a viabilidade do uso do sistema de editoração eletrônica de periódicos, desenvolvido no modelo da iniciativa dos arquivos abertos (OAI), e as condições necessárias ao êxito institucionais desta iniciativa, assim como a preservação de sua memória em repositório institucionais internacionais confiáveis e de acesso livre.

### **Contextualizando o periódico científico eletrônico**

A atividade científica tem como principal elemento a comunicação entre os pares em busca da disseminação da ciência e desenvolvimento de pesquisas. Os periódicos científicos são publicações seriadas. Em seus artigos são prioritariamente divulgados resultados de pesquisas científicas, dessa maneira muito utilizadas, por pesquisadores, acadêmicos e interessados em conhecimento científico de modo geral. As publicações científicas possuem características como: periodicidade mensal, bimestral, trimestral, semestral ou até mesmo anual. É importante ressaltar que também devem obedecer a regras de normatização, ou seja, devem conter em sua estrutura elementos essenciais para sua identificação tais como: ISSN (International

Standard Serial Number), Sumário, Descritores, Referências, etc. (FERREIRA; TARGINO, 2005).

Os sistemas de gerenciamento de editoração eletrônica de periódicos surgiram como uma tentativa de padronizar a informação disponibilizada pelos periódicos na *web* e para otimização do gerenciamento das atividades editoriais. Além de atender as exigências de qualidade das principais bases de dados e dos próprios pesquisadores. Segundo Márdero Arrelano (2005), a utilização de sistemas específicos para gerenciamento de editoração eletrônica de periódicos proporciona a redução do tempo destinado à revisão dos originais, diminui os custos com as publicações, amplia a visibilidade das publicações, entre outras vantagens.

Segundo Silveira; Oddone (2004), as revistas científicas atualmente são produzidas de três maneiras: (1) pelas **editoras comerciais**, que também produzem periódicos científicos, atendendo a altos critérios de qualidade. Após a publicação de tais artigos, a editora detém os direitos autorais do mesmo. Assim como nas Universidades, Associações, Sociedades de classes profissionais e outras entidades sem fins lucrativos, os artigos são publicados em formato eletrônico ou impresso. Para ter acesso às publicações, é preciso fazer a assinatura da revista e seu preço varia de acordo com o impacto causado pelo conteúdo da revista; (2) pelas **Universidades, Associações, Sociedades de classes profissionais e outras entidades sem fins lucrativos** são instituições que muito contribuem na produção de revistas científicas. Os artigos produzidos são publicados tanto em formato impresso quanto eletrônico podem ainda ser produzidas publicações em formato eletrônico e online; e, (3) **revistas on-line de acesso gratuito, sem restrições**, com o objetivo de viabilizar um maior acesso à informação. Em algumas dessas os autores devem pagar um determinado valor para terem seus artigos publicados. Organizada nos padrões tradicionais com corpo editorial e revisão por pares, estes periódicos não detém, *a priori*, os direitos sobre os artigos, são os autores que permanecem com os direitos autorais e o acesso, cópia e armazenagem (seja eletrônica ou

impresa) são permitidos. Esta forma de publicação é chamada de “acesso-aberto” (*open-access*).

Dentre essas iniciativas, uma das mais importantes é a pioneira *Open Archives Initiative* (OAI)<sup>4</sup>, que teve papel fundamental para o estabelecimento de novos ideais e padrões tecnológicos. A OAI desenvolve e promove padrões de interoperabilidade entre sistemas de informação, se constituindo no mecanismo de operacionalização da Filosofia de Acesso Livre à Informação Científica, a OAI proporciona alto nível de interoperabilidade, por meio de dois grandes pilares: o padrão de metadados *Dublin Core* e o *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH). O uso desses dois padrões é requisito básico para a implantação desse modelo<sup>5</sup>.

O *Dublin Core* (DC) é mantido pela *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI)<sup>6</sup>. O DC é um padrão de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos e de interoperabilidade desses padrões, inclusive com o MARC21, utilizado por grande parte das bibliotecas de todo o mundo (DCMI, 2008). Este padrão utiliza a linguagem XML – *eXtensible Markup Language* e adota a sintaxe do RDF – *Resource Description Framework*, e possui um conjunto de 15 elementos básicos, que podem ser adaptados de acordo com a característica de cada registro apresentado.

### **Do movimento de acesso livre à informação científica: o editor de revistas científicas eletrônicas**

Como consequência imediata do OAI, surgiu o movimento *Open Access to Knowledge and Information in Science and Humanities*, com o apoio de instituições e pesquisadores de todo o mundo que aderiram a esse movimento. A concretização do

---

<sup>4</sup> Para mais informações acesse: <http://www.openarchives.org/>.

<sup>5</sup> Para Sayão (2010, p. 13), “O modelo de referência OAIS é uma infraestrutura conceitual que descreve o ambiente, as interfaces externas, os componentes funcionais e os objetos de informação, associados com um sistema responsável pela preservação de longo prazo”.

<sup>6</sup> Para conhecer mais sobre o padrão Dublin Core sugerimos acessar o sitio <http://www.dublincore.org/>.

OAI aconteceu por meio de diversos manifestos, como as declarações de Budapeste (2001), Bethesda (2003) e Berlim (2003), além de manifestações de organizações não governamentais e internacionais, como a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras.

A *Declaração de Budapeste* (2001) abriu o movimento de acesso livre à produção científica, propondo a abolição das barreiras de acesso, especialmente a de custos,

Por "acesso-aberto" a esta literatura, entendemos sua disponibilização livre na Internet pública, permitindo a qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou fazer um *link* para os textos completos destes artigos, capturá-los (crawling) para indexação, utilizá-los como dados para *software*, ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal, sem outras barreiras financeiras, legais ou técnicas que àquelas inseparáveis do próprio acesso à Internet. A única limitação à reprodução e distribuição, e a única função do *copyright* neste domínio, deve ser o controle dos autores sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2001).

A *Declaração de Bethesda* (2003) definiu ações para publicações de acesso livre. Em seguida a *Declaração de Berlin* (2003), denominada de BOAI 2, reforçou os ideais das declarações anteriores sobre os benefícios do acesso livre à informação científica para a sociedade (WEITZEL, 2006).

O movimento ganhou força no Brasil em 2005, com a publicação do "Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica", pelo IBICT. Ele foi seguido por outros manifestos que reforçaram o movimento no país. Ainda em 2005, a declaração de Salvador, elaborada no 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas, intitulada "Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento", e a Carta de São Paulo, assinada por um grupo de pesquisadores que apoiam o movimento. Em 2006, foi elaborada a Declaração de Florianópolis, no XI Simpósio de Intercâmbio Científico, promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em

Psicologia (ANPEPP), ambas baseadas no manifesto do IBICT, que destaca em sua declaração:

É importante observar que o paradigma do acesso livre à informação provocará otimização nos custos de registro e acesso à informação, além de promover maior rapidez no fluxo da informação científica e no desenvolvimento científico e tecnológico. Esse cenário aponta para a necessidade de o Brasil manifestar-se favoravelmente ao acesso livre à informação, promovendo, por conseguinte, o aumento significativo da visibilidade de suas pesquisas, de seus pesquisadores e de suas instituições. Para tanto, é necessário aderir ao movimento mundial e estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica, mediante o apoio de toda a comunidade científica, com o envolvimento não apenas das suas organizações, mas, obrigatoriamente, dos pesquisadores e das agências de fomento. (IBICT, 2005)

Desse modo, o manifesto do IBICT convoca todos os pesquisadores e instituições que produzam conhecimento científico a adotar as práticas estabelecidas no manifesto, que tem como objetivos:

- promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
- buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica.

Nesta perspectiva de adesão aos preceitos do manifesto de acesso aberto e na adoção de periódicos científicos eletrônicos baseados no modelo de acesso aberto, em conjunto com o depósito do que é publicado em periódicos de acesso restrito em repositórios de acesso aberto, se amplia a disseminação da pesquisa institucional de modo significativo, contribuindo para o aumento de sua visibilidade e progresso da ciência. Desse modo, a utilização de sistemas para o gerenciamento de revistas baseados no Modelo Acesso Aberto contribui de modo significativo para os esforços

do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica, através da chamada via dourada, que refere-se à publicação de artigos em revistas científicas de acesso livre (MEIRELLES, 2009).

De acordo com Kuramoto (2007), a implementação desse modelo proporciona, além da sustentabilidade e desenvolvimento científico no País, a maximização da visibilidade das pesquisas científicas, internacionalização da informação produzida localmente, redução das desigualdades de acesso à informação, ampliação da visibilidade dos periódicos, dos pesquisadores e das instituições onde os mesmos estão alocados, entre outros benefícios.

No processo de expansão do sistema de editoração de periódicos eletrônicos surgiram modificações que atingem autores, editores, bibliotecas e usuários, bem como os fluxos de utilização, produção, disseminação e gestão das informações. Neste sentido, Teixeira Filho (2000) e Dias (2002), explicam que as novas tecnologias de informação estão produzindo alterações tanto nos “produtos”, quanto nos “processos” - disseminação, armazenamento e atualização do conhecimento e os fluxos da informação.

É importante compreendermos o papel do gestor no processo editorial, por se tratar de um profissional específico da mídia impressa ou digital. Em se tratando das competências do editor de periódicos científicos, suas responsabilidades transitam desde questões técnicas e normativas (editoração do periódico, cumprimento dos prazos de periodicidade, cadastramento das informações) até questões de ordem ética (seleção dos avaliadores, revisores, tradutores, garantia em manter o sigilo quanto às informações e dados cadastrais). Para Cox (1998), reforçando esse papel ampliado, salienta que esses processos de organização e tratamento dos dados deverão alterar, sobremaneira, os procedimentos clássicos de concepção (projeto) e gestão de produtos de conteúdo digital. Essas mudanças seguem, muitas vezes, *pari passu*, as novas demandas tecnológicas, criando as competências inerentes à atividade de gestão da informação e as competências

inerentes à atividade do editor de periódico científico, colocando-o como um 'gestor da informação'.

Nesta direção, Oliveira (2001), reforça que as novas demandas sistematizam conhecimentos e recomendações, apoiando a concepção de jornais digitais elaborados a partir dos diferenciais interativos e hipertextuais das novas mídias. A partir destas recomendações, a autora traça o perfil do profissional do novo século, bem como as habilidades e conhecimentos requeridos a partir do suporte eletrônico.

Neste sentido, Teixeira Filho (2000) considera o profissional como sendo o administrador envolvido com a seleção, atualização, auditoria e controle da qualidade e divulgação do conteúdo de um site ou sistema de editoração eletrônica. Portanto, entende-se que o papel do gestor é fundamental no processo de gerenciamento, por se tratar de um profissional específico da mídia digital.

### **Gerenciando uma experiência em construção: a Revista Observatório**

A produção de um periódico científico eletrônico pressupõe recursos adequados ao suporte digital, oferecendo aos leitores mecanismos que agilizam o processo de submissão, avaliação e leitura dos artigos, propiciando a rápida circulação e divulgação do conhecimento científico.

Nesta vertente, foi criada em junho de 2015 a Revista Observatório, delineada pela "filosofia aberta". Costa (2000, p. 98) define que esse movimento, observado nos últimos anos em direção ao uso de ferramentas, estratégias e metodologias, denotam um "novo paradigma no sistema de comunicação científica", ao mesmo tempo em que serve de base para interpretação, nas seguintes características: *software* aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador; arquivos abertos, para interoperabilidade em nível global; e acesso aberto para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica. Assim,

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p403>

A coexistência dos meios impresso e eletrônico constitui, de fato, o novo paradigma no sistema de comunicação científica. O meio eletrônico constitui no momento - e assim tende a permanecer por muito tempo ainda - um complemento para o meio impresso (Costa, 2000, p. 98).

A Revista Observatório é uma publicação quadrimestral do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Essa surge com a missão de atuar na promoção da discussão acadêmica e de estudos interdisciplinares avançados no campo da Comunicação, do Jornalismo e da Educação. Possui editores na UFT, UNESP, Universidade do Minho (Portugal), Universidade Nova de Lisboa (Portugal), Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) e Universidade do Cabo (Cabo Verde). O propósito da Revista Observatório, seguindo a própria essência do núcleo de pesquisa e extensão em que se encontra lastreada, é constituir-se como um periódico acadêmico a fim de apresentar, na forma de artigos científicos, resultados de pesquisas e estimular debates sobre questões teórico-metodológicas da pesquisa em Comunicação, Jornalismo e Educação, ao mesmo tempo em que se propõe a contribuir para a criação e fortalecimento de uma rede de pesquisadores na confluência dessas áreas em nível nacional e internacional, tendo por base os grupos e núcleos de pesquisa no Brasil e no Exterior. A revista se pauta no princípio da democratização do conhecimento científico incentivando o acesso público, imediato e livre a todo o seu conteúdo publicado.

Destaque-se que, nos últimos anos, ocorreu um verdadeiro “big bang” na proliferação de títulos de periódicos nas diversas áreas do conhecimento. Temos por exemplo a área de Ciências Sociais Aplicadas, onde se encontram as revistas em comunicação.

**Tabela 1: Distribuição de periódicos por estrato (2010-2012)**

DISTRIBUIÇÃO DE PERIÓDICOS DA ÁREA CSAI POR ESTRATO								
ESTRATO	2009		2010		2011		2012	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
A1	06	0,55	32	4,17	44	4,36	46	3.73
A2	15	1,4	38	4,95	58	5,75	61	4.95
B1	55	5,11	88	11,46	113	11,20	167	13.54
B2	74	6,88	73	9,51	104	10,31	99	8.03
B3	85	7,9	95	12,37	138	13,68	175	14.19
B4	138	12,82	175	22,79	196	19,43	260	21.09
B5	123	11,43	267	34,77	356	35,28	425	34.47
<b>Total A1-B5</b>	<b>496</b>		<b>768</b>	<b>100</b>	<b>1.009</b>	<b>100%</b>	<b>1233</b>	<b>77.69</b>
C	102	9,47	251	24,63	273	21,28	309	19.47
NP	13		56		46		45	
NCL	465	43,21	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>1076</b>	<b>100%</b>	<b>1075</b>	<b>100%</b>	<b>1.283</b>	<b>100 %</b>	<b>1587</b>	<b>100%</b>

Fonte: Documento da área de Ciências Sociais Aplicadas, avaliação trienal 2013, CAPES.

Observe-se que, de 2009 a 2012 o número de revistas – 1076 periódicos – teve um acréscimo de quase 50%, passando a 1587 revistas. Destaque-se que, para entrar nesta singela lista, o periódico tem de ser “uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica” (CAPES, 2013, p.21). Este fato tem sido uma preocupação constante aos profissionais que gerenciam a informação (editores, publicadores, serviços de indexação, centros de documentação, bibliotecas). Para Krzyzanowski; Ferreira (1998, p.165) o aumento desses espaços, longe de representarem uma agregação favorável, vem sendo alvo de diversas e sérias críticas, em âmbito internacional, quanto à publicação de revistas que,

sem critérios de qualidade e para as quais vêm se perdendo esforços, material publicado, recursos financeiros e até prestígio de organizações científicas ou instituições”. Para as autoras, essas críticas, englobam “a irregularidade na periodicidade de publicação e distribuição da revista, falta de normalização dos artigos científicos e da revista como um todo, falta do corpo editorial e de *referees* (autoridade da revista)”. No panorama nacional, acrescentam-se ainda aspectos como: pouca penetração da língua portuguesa no exterior, baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos publicados, alto fator de endogenia, falta de regra clara no fluxo de submissão.

Krzyzanowski; Ferreira (1998, p. 165) afirmam ainda que como consequência direta desses fatores, que geram prejuízos ao padrão de qualidade das revistas científicas brasileiras, “encontramos a pouca aceitabilidade das revistas no meio técnico e científico internacional e a sua restrita indexação nos índices e bibliografias internacionais, os quais também utilizam “filtros de qualidade”, como o *Science Citation Abstracts*, do Institute for Scientific Information (ISI)”.

Acompanhando esta dinâmica de critérios e padrões técnicos internacionais, a Revista Observatório, desde sua concepção inicial vem estabelecendo critérios de qualidade da comunicação científica, seguindo os indicadores de gestão das principais instituições indexadoras do mundo, assim como dos repositórios digitais de acesso livre como forma de armazenamento e preservação de longo prazo de seus conteúdos.

No bojo das políticas editoriais, a Revista Observatório teve um cuidado na composição do corpo editorial. Por tratar-se de um periódico científico com foco em estudos interdisciplinares avançados no campo da Comunicação, do Jornalismo e da Educação, sua composição deveria primar pelas diversas áreas do conhecimento que respaldam esse corpus. Esse foi constituído por um *Conselho Editorial Nacional*, um *Conselho Editorial Internacional*, *Editores Nacionais e Internacionais*, *Editores Convidados*, *Editores Administrativos* e *Editores Gerais*.

O corpo editorial da Revista Observatório conta, atualmente, com uma rede de mais de 120 especialistas, formado por um Conselho Editorial Nacional, incluindo 56 pesquisadores brasileiros, um Conselho Editorial Internacional, incluindo 56 pesquisadores estrangeiros (Alemanha, Áustria, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Itália, México, Moçambique, Portugal, Reino Unido e Venezuela, dentre outros) e um conselho editorial, com nove especialistas, de diferentes universidades e instituições de

investigação internacionais. Os Conselhos *Editorial Nacional e Internacional* têm as funções principais de desenvolver, juntamente com o Editor, a estratégia científica da revista e a avaliação regular dos resultados, apoiar e orientar a maneira conceitual e científica desenvolvida pela revista. Eles também atuam como avaliadores da revista, projetando cientificamente a revista nacional e internacionalmente. São fornecidas informações detalhadas para os autores, o processo de editoria, avaliação e aceitação do manuscrito. Todas essas políticas editoriais são completamente transparentes e visíveis para os autores, onde os critérios e procedimentos, bem como a revisão por pares também fazem parte das informações disponíveis, são aceitos manuscritos em português, inglês, francês e espanhol, demonstrando sua forte presença internacional.

Outros fatores que podemos destacar são os critérios de qualidade do processo editorial e os critérios científicos de qualidade do conteúdo das comunicações publicadas na Revista Observatório. Nesse sentido, a revista mantém a uniformidade em sua linha editorial e ao assunto da publicação. Todos os manuscritos editados na Revista Observatório foram submetidos a avaliações anteriores por especialistas do Conselho Editorial Nacional e Conselho Editorial Internacional, e quando necessário, a pesquisadores independentes de reconhecida competência na área. Os trabalhos recebidos pela revista estão sujeitos, como requisito mínimo, ao sistema de avaliação por pares, o que garante o anonimato na revisão de manuscritos (*double peer review*). Em caso de discrepância entre os avaliadores, esses retornam para novas avaliações para determinar a viabilidade de um possível problema de parcerias. Todos os trabalhos recebidos pela Revista Observatório são notificados no fluxo do Sistema OJS na integralidade e, são frutos das contribuições de especialistas e pesquisadores dos países representados, cuidando para evitar a endogenia editorial. A decisão editorial, incluindo as razões para aceitação, revisão ou rejeição dos manuscritos e resumos de decisões públicas emitidas pelos peritos externos são enviadas aos autores, ficando também

disponíveis no sistema da revista (plataforma OJS).

De acordo com Relatório da Revista Observatório (2015), “todos os artigos passaram pelo processo de *peer review* (duplo por pares); as resenhas e entrevistas são avaliadas pelo Editor-chefe, juntamente com os editores adjuntos, também em processo de peer review (duplo por pares). Em 2015, tivemos três artigos que passaram pelo processo de peer review (duplo por pares) duas vezes, por diferenças de parecer entre avaliadores; Estabelecemos como meta editorial ter uma taxa de endogenia menor que ou igual a 20% por ano”.

**Tabela 2: Relatório da Revista Observatório (2015)**

Nº da Revista / ano	Nº de artigos recebidos	Artigos publicados / % de aceitação	Aceitos				Recusados / % de recusados	Taxa de endogenia (%)	Em avaliação		
			Temas livres	Dossiê temático	Ensaio	Entrevistas e Resenhas			Temas livres	Dossiê temático	Ensaio
Vol 1, nº 1, 2015	35	13/37%	11	-	1	1	63%	30%	-	-	-
Vol 1, nº 2, 2015	41	13/31%	11		1	1	69%	15%	-	-	-
Vol 1, nº 3, 2015	38	15/39%	13		2	-	62%	13%	-	-	-
Médias	38	13,6/35,6%	11,6	-	1,3	0,6	64%	19%	11	-	-

**Fonte: Revista Observatório, 2015.**

Outra estratégia de melhoria implementada pela gestão da Revista Observatório está a submissão da revista a vários indexadores nacionais e internacionais, de acordo com seus critérios e padrões, como forma de dar visibilidade nacional e internacional, e a preservação de seus conteúdos digitais para acessos futuros.

Lawrence (2001), em seu estudo, aponta o impacto da informação disponível e acessível e recomenda a importância de indexar em mecanismos de busca os textos para sua futura recuperação seja em ferramentas de busca amplas, como o Google ([www.google.com](http://www.google.com)) e outros buscadores nacionais e internacionais.

Nesta vertente, a equipe editorial da Revista Observatório tem expandido de

forma significativa a visibilidade, indexação e mecanismos para preservar os seus conteúdos digitais em repositórios digitais de acesso aberto. O foco tem sido nas categorias: indexação em diretórios, portais e repositórios especializados, banco de dados, plataformas de avaliação e impacto, catálogo de bibliotecas em vários países, sistemas orientadores de gestão de informação e comunicação científica de pesquisadores, registros de nomenclatura específica da revista; social bookmarking, flipbooks e redes sociais.

A revista também está indexada em plataformas que mensuram o fator de impacto/fator de qualidade de acordo com a evolução da revista. Esse modelo de avaliação, apesar de críticas, serve como indicativo para o pesquisador identificar um periódico que melhor evoluiu para publicação de suas pesquisas, ou fontes de artigos para auxiliá-lo em suas investigações<sup>7</sup>.

Por último, cientes que o mercado de publicações científicas é impactado pela rápida mudança na direção das publicações eletrônicas, o armazenamento e preservação de longo prazo dos conteúdos dos periódicos eletrônicos se tornaram um problema de crescente importância para o mundo acadêmico. Como alternativa, para esta nova realidade, as comunidades envolvidas estão disseminando a ideia dos arquivos digitais confiáveis, nos quais se espera que registros acadêmicos possam, principalmente em periódicos eletrônicos, ser preservados para acesso futuros de forma confiável.

Sayão (2008, p. 71) destaca que o “fato de que preservar publicações eletrônicas tornou-se uma matéria crítica na medida em que a massa de publicações eletrônicas se multiplica e as comunidades de pesquisa dependem delas tão intensamente como dependiam das coleções em papel”. Neste sentido enfatiza-se

---

<sup>7</sup> A Revista Observatório, em 2015-6, recebeu avaliações de: IBI Factor (2015) - (<http://www.infobaseindex.com/ibifactor.php>), Global Impact Factor (GIF-2015) - (<http://globalimpactfactor.com/evaluation-method/>), Quality Factor (2016) - (<http://qualityfactor.org/approach.html>), ICDS - Miar (2016) - (<http://miar.ub.edu/issn/2447-4266>).

que o arquivamento persistente e a preservação digital constituem um problema complexo que envolve muitas (e caras!) variáveis, compromissos de longa duração e impõem a necessidade de grandes investimentos. O custo-benefício de se manter o acesso de longo prazo aos registros científicos é extremamente difícil de mensurar (Sayão, 2008).

Sayão (2008, p. 77) ainda reforça que, para

contornar[mos] as incertezas provocadas pela fragilidade tecnológica e organizacional dos periódicos eletrônicos, o mundo acadêmico vem, nos últimos anos, estabelecendo pactos que tentam viabilizar trabalhos cooperativos em torno dessa questão. Essas iniciativas, [conhecida como repositórios digitais confiáveis], têm como objetivo primário equacionar soluções técnicas, gerenciais, organizacionais e normativas para criar mecanismos de preservação dos conteúdos dos periódicos eletrônicos, que representam, o testemunho da geração dos saberes científicos atuais.

Nesse sentido, Waters (2005) externaliza a preocupação sobre as bibliotecas e instituições de pesquisa em relação à perpetuação do acesso aos conteúdos. Os periódicos eletrônicos 'tensionaram' o ambiente da preservação da informação, criando um debate em torno do tema de programas confiáveis de arquivamento para esse gênero de publicação eletrônica.

Essa temática se consolida nos dias atuais, há um consenso quase unânime dos especialistas na área de que a sustentação das pesquisas futuras e do ensino vai depender da fundação de repositórios digitais confiáveis. Para Santos; Flores (2015, p. 203)

A ausência de confiabilidade acaba por ofuscar os investimentos e esforços realizados para manutenção da integridade e da autenticidade, pois não há como agregar valor para um documento digital o qual não tem garantias de que não foi alterado. Logo, a implementação de um sistema confiável torna-se fundamental para a gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. Para agregar confiabilidade, os documentos arquivísticos devem estar inseridos em uma cadeia de custódia ininterrupta, permanecendo desde a sua produção até a sua transferência e/ou recolhimento para o responsável por sua preservação em longo prazo. Caso esta cadeia de custódia for interrompida, surgirão dúvidas com relação à autenticidade dos documentos, e consequentemente perde-se a sua confiabilidade.

Talvez essa seja na visão dos envolvidos com os periódicos eletrônicos (pelo menos o é no caso da Revista Observatório) a grande preocupação: Como preservar de forma eficiente e lógica seus arquivos? É claro que as publicações acadêmicas registradas em formato digital devem poder persistir independentes do controle exclusivo dos editores e de esforços individuais de bibliotecas. Mas seriam as 'entidades' comprometidas com valores de longo prazo a solução? Normalmente essas são instituições acadêmicas que reconhecem que a preservação de revistas eletrônicas é um tipo de seguro, e não é em si uma forma de acesso (WATERS, 2005).

Santos; Flores (2015, p. 205) aponta que, por excelência, os repositórios digitais seriam esses espaços,

O repositório digital deve ser o ambiente autêntico para a preservação em longo prazo, dispondo, por exemplo, de ferramentas para a implementação das estratégias de preservação e inserção de padrões de metadados. Neste ambiente todas as ações realizadas sobre os documentos digitais, como por exemplo, migrações, devem ser registradas, criando-se assim, um histórico de cada objeto digital armazenado, acrescentando confiabilidade aos conteúdos.

Dessa forma, a preservação é uma forma de gestão de riscos, em primeiro lugar, contra a perda permanente de revistas eletrônicas e, em segundo, contra a ter acesso à revista interrompido por um período prolongada após uma falha do editor. Ou seja, armazenar arquivos de revistas eletrônicas em arquivos confiáveis fora do controle da editora aborda o primeiro risco. No entanto, soluções exigem arranjos exclusivos dentro da academia para a partilha de preservação responsabilidade.

Neste entendimento, de que a preservação dos conteúdos digitais por agências de certificação de preservação qualificados é um caminho viável, a Revista Observatório utiliza o sistema LOCKSS para criar um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes e permite às mesmas criar arquivos permanentes da

revista para a preservação e restauração<sup>8</sup>.

Inserida no contexto dos periódicos eletrônicos, a Revista Observatório entende que a instituição de sistemas de arquivamento digital parte do pressuposto de que a preservação de periódicos eletrônicos em repositório digitais é uma espécie de seguro e uma forma de acesso (WATERS, 2005). Adicionalmente, a Revista Observatório está arquivada em repositórios institucionais, visando sua divulgação e preservação de seus conteúdos digitais, a saber: na [OpenDepot.org](http://OpenDepot.org) / [Edina \(The University of Edinburgh\) - http://edina.ac.uk/services.html](http://Edina(The University of Edinburgh) - http://edina.ac.uk/services.html), em [Zotero](http://Zotero) (Roy Rosenzweig Center for History and New Media da George Mason University -EUA) - [https://www.zotero.org/revista\\_observatorio](https://www.zotero.org/revista_observatorio), em [Cogprints](http://Cogprints) (University of Southampton - Inglaterra) - <http://cogprints.org/>, em [e-LiS \(e-prints in library & information science\) Id. nº 26.563 http://eprints.rclis.o](http://e-LiS(e-prints in library & information science) Id. nº 26.563 http://eprints.rclis.o) e na [Harvard Dataverse \(Dataverse Project/The Institute for Quantitative Social Science/ Harvard University\)](http://Harvard Dataverse (Dataverse Project/The Institute for Quantitative Social Science/ Harvard University)).

### **Considerações finais**

Preservar a memória é algo complexo. Preservar a memória do fazer ciência é mais complexo ainda. Exige quebra de modelos e com esses novos olhares. Concordamos com Sayão (2010, p. 69) quando aponta que

A ruptura com o modelo impresso em prol das formulações digitais [para as publicações eletrônicas, por exemplo] abriu possibilidades extraordinárias para o mundo da comunicação científica, libertando definitivamente as publicações acadêmicas dos limites bidimensionais e autocontidos do texto.

---

<sup>8</sup> O Programa LOCKSS (Lots of Copies Keep Stuff Safe), com base na Stanford University Libraries, fornece a bibliotecas e editoras, com baixo custo, ferramentas de preservação digital de código aberto para preservar e fornecer acesso a conteúdos digitais persistentes e de autoridade. O sistema LOCKSS permite aos bibliotecários em cada instituição assumir a custódia sobre materiais e preservar o acesso ao conteúdo (Site LOCKSS, 2016). Márdero Arellano (2008, p. 115) reforça que "o método de arquivamento desse projeto está direcionado para conservar a integridade das publicações eletrônicas mantendo cópias em vários endereços eletrônicos (sites), conferindo periodicamente todas as cópias para verificar a congruência da informação armazenada."

Essas novas formulações de apresentação e interoperabilidade, são ainda algo novo no vocabulário do espaço do fazer editorial, principalmente quando exercitado por professores/docentes. Daí, a defesa que fazemos pelo estabelecimento de novos padrões de cooperação e interatividade com outros a(u)tores em favor da geração de novos conhecimentos, amplificando as potencialidades relacionadas à preservação de conteúdos digitais.

Apostamos na construção coletiva, com a agregação de *expertise* variada, onde acertos e erros existem, mas são transformados em possibilidades de aprendizagem. Com esforços contínuos de pesquisa e desenvolvimento, a Revista Observatório avança. Neste contexto, é fundamental o papel do gestor editorial, responsável pelo gerenciamento e acompanhamento das fases do processo de produção científica do periódico.

## Referências

BLATTMANN, Ursula; BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto. Gestão de conteúdos em bibliotecas digitais: acesso aberto de periódicos científicos eletrônicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2,n.1, p.41-56, jul./dez. 2006. Disponível em: < [http://eprints.rclis.org/10999/1/gestao\\_de\\_conteudos\\_digitais.pdf](http://eprints.rclis.org/10999/1/gestao_de_conteudos_digitais.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto; TRZECIAK, Dprzeli Salete; AGRASSO NETO, Manoel. Competências do editor de periódicos científicos enquanto gestor da informação. **Cadernos Bad**, p.39-46. 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14426442-Competencias-do-editor-de-periodicos-cientificos-enquanto-gestor-da-informacao-39.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Budapest, Hungria, fev. 2002. Disponível em: < <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

CAPES. **Ciências Sociais Aplicadas I –CSAI**: Documento de área 2013. Brasília: CAPES, 2013, p. 1-55.

COSTA, Sely Maria de Souza. Mudanças no processo de comunicação científica: o

impacto do uso de novas tecnologias. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilenice. (Orgs). **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000. p. 95-105.

COX, J. E. The changing economic model of scholarly publishing: uncertainty, complexity, and multimedia serials. **Library Acquisitions: Practice & Theory**, v.22, n.2, p.161-166, 1998.

DIAS, A. G. Periódicos eletrônicos: considerações relativas à aceitação deste recurso pelos usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n.º 3, p. 18-25, 2002.

Fernandes, Nelson da Cruz Monteiro **O discurso de desenvolvedores na [re]articulação no campo da inovação de bens simbólicos**: um estudo na comunidade de software livre PUG-PE . Recife : UFPE. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2013.

FERREIRA, A. A., NEUBHAHER, B., REIS, E., GOMES, M. S. Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 12-26, set. 2009. Disponível em: < <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/3/3> >. Acesso em: 20 fevereiro 2016.

FERREIRA, Sueli M. S. P.; RAGINO, Maria das Graças (Org.). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: < <http://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf> >. Acesso em: 30 fev. 2016.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/rosaly1.pdf#page=1&zoom=auto,-82,842> >. Acesso em: 15 jan. 2016.

LAWRENCE, Steve. Free online availability substantially increases a paper's impact. **Nature**, v. 411, n. 521, 31 May 2001. Disponível em: < <http://www.nature.com/nature/journal/v411/n6837/full/411521a0.html> > Acesso em: 10 jan 2016.

MARCHIORI, Zeni Patricia. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 72-79, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12910.pdf>. Acesso em: 22 jan 2016.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 2, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 20 jan 2016.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. 354 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/12649/>. Acesso em: 03 fev. 2016.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Brique de Lemos, 1999. 268p.  
MEIRELLES, Rodrigo França. **Gestão do processo editorial eletrônico baseado no modelo acesso aberto: estudo em periódicos da Universidade Federal da Bahia, UFBA**. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5629> >. Acesso em: 26 jan. 2016.

NUNES, Maíra Fernandes Martins. **Da invenção à inversão do autor**: copyleft, all rights reversed. 2010. 203 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010.

OLIVEIRA, Roseli Maria de Souza. **O impacto da internet no jornalismo: características e recomendações para a concepção de jornais digitais interativos**. 2001. 186f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas). Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81831/185544.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 fevereiro 2016.

REVISTA OBSERVATÓRIO: sobre. 2016. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/observatorio>>. Acesso em: 22 fevereiro 2016.

SAYÃO, Luis Fernando. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. **Ponto de acesso**, Salvador, v.4, n.3, p.68-94, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709/3565>>. Acesso em: 13 fevereiro 2016.

SANTOS, Daiane Barrili dos; PAVÃO, Caterina Marta Groposo; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Usabilidade do Lume – Repositório Digital da UFRGS: uma avaliação por meio das heurísticas e de testes com usuários. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Brasil, v. 7, n. 1, p. 150-166, apr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/90059/111653>>. Acesso em: 28 jan 2016.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015.

SILVEIRA, Martha S. M.; ODDONE, Nanci E. **Livre acesso à literatura científica: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários?**. 2004. Disponível em: [http://www.cinform-antiores.ufba.br/v\\_anais/artigos/martaenanci.html](http://www.cinform-antiores.ufba.br/v_anais/artigos/martaenanci.html). Acesso em 21 jan 2016.

STUMPF, I. R. C. O uso da internet na pesquisa universitária: o caso da UFRGS. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 2, p. 189-200, 1997. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/2517>>. Acesso em: 21 Jun. 2015.

TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**: como a empresa pode usar a memória organizacional e a inteligência competitiva no desenvolvimento dos negócios. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2000.

WATERS, Donald J. **Urgent action needed to preserve scholarly electronic journals**. Digital Library Federation (DLF), 2005. Disponível em: <<http://www.diglib.org/pubs/waters051015/waters051015.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

WEITZEL, S. da R. Fluxo da informação científica. In: PROBLACIO, D. A.; WITER, G. P.; SILVA, J. F. M. (Org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angelara, 2006. p. 81-114.